

A CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS NA IMPRENSA: UMA ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO DO PAC PELA MÍDIA

Rafaela Queiroz Ferreira CORDEIRO¹ (Universidade Federal de Pernambuco)

RESUMO: Mesmo sabendo que não existe neutralidade e imparcialidade total, cobra-se muito do jornalista. Ainda que empregue expressões semânticas “semelhantes” na cobertura de um fato, os indivíduos, ao atribuírem valores a certas palavras e alguns discursos, apresentam distintas visões de mundo. Dessa maneira, a partir da teoria enunciativa de Bakhtin (1993) e Bakhtin/Voloshinov (2006), foram analisados como os periódicos Folha de São Paulo (FSP) e Jornal do Commercio (JC) destacaram e se posicionaram diante da circulação dos discursos sobre o PAC, a fim de compreender como os jornais divulgam os conteúdos das notícias. Além disso, se todos nós somos constituídos por discursos de outrem (BAKHTIN, 1993), os quais carregam diferentes axiologias, os discursos que são enquadrados e/ou ocultados nas notícias constroem várias representações de um mesmo evento.

PALAVRAS-CHAVES: Discurso. Notícia. Mídia. PAC.

1. Introdução

Em virtude do avanço tecnológico e da intensificação da globalização em meados dos anos 70 (HALL, 2005), as escalas de tempo e espaço tornaram-se mais frouxas e as fronteiras quase desapareceram: as sociedades estão mais integradas, tanto fisicamente quanto virtualmente. O tempo e espaço, assim, tornaram-se simbólicos e os sistemas de significação e representação cultural se multiplicaram. Fez-se necessário produzir a informação em escala industrial; com a sua rápida difusão, ela é logo consumida e descartada. Objeto de disputa entre os veículos de comunicação e de consumo entre os sujeitos, a informação é uma importante fonte de lucro para as empresas jornalísticas. Guiando essencialmente o cotidiano das pessoas – pautando conversas, ordenando suas vidas, etc. – a mídia não oferece espaço a qualquer ocorrência: ela atribui relevância a alguns acontecimentos, em detrimento de outros, conforme critérios de noticiabilidade², destacando, além disso, certos acontecimentos como representantes da “ordem do dia”, relegando outros a uma “não-existência”.

Na maioria dos veículos de comunicação, se não em todos, a notícia passa por uma “rede” de processamento até chegar às mãos do público: (I) ocorre a apuração; (II) a seleção do que será relatado; (III) a escrita e correção pelos editores, podendo ainda ser reescrita inúmeras vezes. Após esse longo processo – embora ocorrido rapidamente, em virtude da pressão do tempo de fechamento do jornal, por exemplo – as notícias chegam aos leitores como discursos carregados de valores e intencionalidades, pois os sujeitos, a todo o momento, estão se posicionando diante dos eventos e das vozes sociais que estão em circulação. Dessa maneira, a notícia não é só uma mera divulgadora de acontecimentos, pelo contrário: ao divulgar um fato, o jornalista está enquadrando os discursos outros em seu discurso (representado pelo viés ideológico da empresa), organizando-os, deslocando-os, destacando e omitindo outros, etc. Portanto, esse gênero veicula inúmeros discursos ideológicos, cujo poder de persuasão torna-o meio de divulgação de valores sociais, políticos e econômicos.

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL/UFPE).

² Apesar de esses critérios poderem variar de uma empresa jornalística para outra, em geral a noticiabilidade dos acontecimentos pode se dar a partir da notoriedade; do interesse público; do caráter de ineditismo e/ou polemicidade; da carga emocional que possui; do impacto que oferece; dos conflitos e da repercussão que trazem; de novidades que apresentam nas áreas científicas; entre outros (LAGE, 2006a).

Em uma mesma notícia, encontra-se uma gradação de tópicos abordados e narrados, até porque é muitas vezes inviável (em termos econômicos, principalmente) relatar diversas “faces” ou os vários aspectos de um mesmo evento. Os assuntos que ficam em segundo ou terceiro plano, por exemplo, podem revelar o que foi apagado ou o porquê dos sujeitos buscarem minimizar os possíveis efeitos desses (sub)temas. Do mesmo modo, por mais que se cobre do jornalista notícias objetivas e imparciais, recorrendo a formas de se isentar do que está escrevendo, passando a responsabilidade do seu dizer para seus entrevistados; usando a terceira pessoa e verbos como “dizer” e “afirmar”; entre outras “regras” ditadas pelo manual de comunicação da empresa em que trabalha, seus enunciados, retomando e antecipando outros em porvir, inserem-se em uma corrente infinitamente dialógica da linguagem (BAKHTIN, 1993), pois o homem não existe fora da relação com o outro, a qual, por sua vez, se dá por meio da linguagem. Cada ato é uma resposta e o outro faz parte do nosso ser.

Segundo Bakhtin (1993), um dos teóricos que fundamenta este trabalho, todos nós somos constituídos por discursos que carregam axiologias, isto é, valores. Contudo, mesmo que sejamos formados por outros discursos, toda enunciação tem um autor e cada uma, seja falada ou escrita, é nova, singular. O homem está sempre refratando, construindo o novo partir do que já foi dito; no entanto, seu enunciado será uma construção única, pois ninguém repete/retoma exatamente o discurso de outrem. Ademais, as palavras que emprega correspondem a tomadas de posições que refletem e refratam (contrapõem) valores sociais. Assim sendo, as vozes convocadas pelo jornalista nas notícias podem revelar distintas opiniões sobre um mesmo acontecimento, embora isso não seja necessariamente percebido pelo jornalista³.

Partindo dessas ideias e da teoria enunciativa de Bakhtin (1993) e Bakhtin/Voloshinov (2006), dentre outros teóricos, foi analisado, de forma qualitativa-interpretativa, um *corpora* constituído por doze notícias do Jornal do Commercio (JC), e oito notícias da Folha de São Paulo (FSP) sobre o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), publicadas no dia 23 de janeiro de 2007. A data escolhida se justifica porque corresponde a um dia após o anúncio oficial do programa pelo então presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, divulgado no dia 22 de janeiro do mesmo ano. Esses veículos de comunicação foram selecionados porque pertencem a diferentes regiões do Brasil e, por isso, é provável apresentarem diferentes vieses ideológicos, levantando distintas questões sobre o programa. Além disso, já que o objetivo deste trabalho é estudar a circulação dos discursos na mídia, investigou-se também que discursos foram destacados, por um periódico local (de Pernambuco) e outro de relevância nacional (de São Paulo), na cobertura que realizaram sobre o PAC.

2. Pressupostos teóricos

A abordagem teórica adotada neste trabalho, citada brevemente acima, insere-se na perspectiva enunciativa da linguagem formulada por Bakhtin e seu Círculo⁴. A partir dela, assinalaremos, a seguir, alguns conceitos que nortearam nosso trabalho de análise.

2.1 A linguagem como interação social

Segundo Voloshinov (1930, p. 65), a linguagem não é imóvel, “fornecida de uma vez por todas”, determinada por regras gramaticais. Ao contrário, ela é um produto da vida social; portanto, dinâmica. Os fatores e as forças que motivam o seu aparecimento e desenvolvimento

³ Partimos da ideia de que o sujeito possa ter ou não conhecimento das axiologias divulgadas por trás dos fatos relatados, porque ele não tem (sempre) domínio (consciente) sobre os seus atos e suas palavras.

⁴ Adotamos a perspectiva de que as ideias propostas por Bakhtin são compartilhadas pelo seu Círculo.

são a organização social do trabalho e a luta de classes. Isso constitui um ponto importante, pois são essas propriedades que permearão a produção da língua. Esta última, por sua vez, não se constitui como um conjunto de regras abstratas; ao participar das relações sociais, ela carrega os seus valores; como produto da vida social, não é fixa, nem petrificada. Em constante evolução, a língua está ora refletindo ora refratando a sociedade e suas mudanças. Reproduzindo, em geral, a distribuição hierárquica dos indivíduos em classes sociais, apresenta-se estratificada socioeconomicamente (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006). Dessa forma, os conflitos de classes fazem parte do interior desse organismo vivo.

A lógica da língua não é absolutamente a da repetição de formas identificadas a uma norma, mas sim uma renovação constante [...] *A realidade da língua constitui também sua evolução.* Entre um momento particular da vida de uma língua e sua história se estabelece uma comunhão total. As mesmas motivações ideológicas reinam numa e noutra parte (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006, p. 84, grifos dos autores).

Caracterizada como processo de interação social entre os indivíduos situados historicamente em um determinado contexto, a linguagem é essencialmente dialógica, pois o homem não existe fora da relação com o outro, a qual, por sua vez, se dá por meio da linguagem. Dessa maneira, estudar a circulação dos discursos nessa perspectiva é ir além das estruturas linguísticas, pois o sentido não se encontra dado *a priori*, mas como um efeito da interação entre os sujeitos. Para Cunha (2002), a linguagem participa de um conjunto de semiologias definidas como elementos produtores de sentido que são atualizados na interação: (I) os verbais, isto é, as formas da língua constituídas em enunciados; (II) os não-verbais, como o olhar, os gestos, os movimentos do rosto e corpo, além da entonação na fala; (III) o aspecto visual do gênero e (IV) os elementos paratextuais, como o título, subtítulo, autor, gênero, suporte, tamanho e formato da letra, e, no caso da escrita, os elementos tipográficos.

Logo, a partir dessa perspectiva linguística, cuja linguagem é vista como objeto social, de caráter plástico e dinâmico, se faz possível compreender a língua como um conjunto de linguagens e o sujeito como naturalmente heterogêneo, o qual se constitui em uma multiplicidade infinda de discursos (CUNHA, 2003). Esses aspectos são fundamentais para a análise dialógica dos fatos veiculados pela mídia proposta aqui: o simples uso de determinadas palavras, por exemplo, reflete posicionamentos sociais que podem ser inferidos; da mesma forma, as retomadas e (re)acentuações dos discursos em circulação pelo jornalista pode nos revelar as diversas axiologias por detrás de um mesmo acontecimento. Isso, porque, como afirma Bakhtin (1993, p.100), “a linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem”. Por isso, a todo o momento, os sujeitos em suas interações sociais estão se posicionando diante do mundo, do outro, deles mesmos, do próprio discurso, acrescentando novos valores aos discursos retomados, reproduzindo outros, etc.

2.2 O papel do contexto no estudo do discurso

Em primeiro lugar, destacamos que todo discurso é fruto do evento histórico sendo, por isso, único, já que sua enunciação é determinada pelo contexto social, pela situação espaço-temporal do momento, pelos locutores e interlocutores envolvidos, pela relação estabelecida entre eles e pelo propósito da comunicação. Cada um traz uma visão de mundo diferente (axiologia) e, partindo de uma análise discursiva, é possível verificar quais pontos de vista apresentam sobre a realidade. Mesmo no diálogo diário, por exemplo, quando relatamos, damos opiniões, sugestões, etc., estamos nos posicionando em relação ao que foi dito pelo outro. Qualquer conversa carrega transmissões e interpretações das palavras de outrem

(BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006). Dessa maneira, o discurso não se apresenta como a expressão da consciência, pois esta é formada por vários discursos que os sujeitos interiorizaram ao longo da sua vida (FIORIN, 2006). O indivíduo, portanto, vê o mundo por meio dos discursos que assimilou.

Segundo Bakhtin e Voloshinov (2006), todo enunciado é uma resposta a um “já-dito”, seja num contexto imediato ou mais amplo. A fala é sempre formada por outras que lhe antecederam sobre o mesmo assunto. Cada enunciado elaborado na comunicação social é uma importante unidade para compreender o todo. Diariamente, lidamos com fragmentos de discursos, isto é, enunciados soltos e aparentemente autônomos. Entretanto, eles estão misturados e sempre interagindo com outros enunciados fragmentados de outros discursos. “*A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual [...] é uma *contradictio in adjecto**” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006, p. 132, grifos dos autores).

No entanto, é comum pensar que os enunciados são portadores de sentidos estáveis e, para desvendar o sentido de cada um, basta que se conheça o código linguístico do sujeito com o qual interage, isto é, fale a mesma língua. Dentro dessa visão (estruturalista), o sentido estaria inscrito no próprio enunciado e o contexto, nesse caso, desempenharia um papel mínimo (MAINGUENEAU, 2004). Contudo, o contexto é fundamental para a compreensão do enunciado: ele não é apenas uma moldura que enquadra o discurso. De acordo com Bakhtin e Voloshinov (2006, p. 109), “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis”.

É evidente que os elementos linguísticos, os lexicais e gramaticais, por exemplo, indicam e orientam a interpretação de cada enunciado. No entanto, o seu sentido só será “desvendado” com o auxílio do contexto, pois este nos dá pistas importantes sobre a prática enunciativa (MAINGUENEAU, 2004). Desse modo, tudo tem valor na enunciação; seu caráter é plenamente social. Uma inscrição numa pedra é um diálogo com outras enunciações; ela não aparece isoladamente; é sempre uma resposta a algo já dito (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006). Por isso, “uma análise fecunda das formas do conjunto de enunciações como unidades reais na cadeia verbal só é possível de uma perspectiva que encare a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006, p. 131).

Assim sendo, a maioria dos enunciados apresenta marcas de tempo e de pessoa que serão mais bem interpretadas dentro do contexto do enunciador, tempo e local que o enunciado foi dito. Além disso, essas marcas têm uma relação íntima com o contexto, remetendo-o. Portanto, o papel do contexto deve ser considerado em uma análise discursiva, haja vista que ele realiza mais do que um simples enquadramento. O contexto fornece informações importantes sobre a realização dos enunciados, como: a situação particular, o lugar e momento específicos, os enunciadores, as perspectivas, o(s) propósito(s) comunicativo(s), etc. “Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável.” (MAINGUENEAU, 2004, p. 20).

Pode-se [...] dizer que toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2006, p. 111).

2.3 O dialogismo na notícia

Como já foi explicitado, a linguagem não nasce internamente, pois todos nós a produzimos em relação ao outro, interagindo com o social. A partir dela, os indivíduos constroem os seus discursos: “toda expressão linguística é orientada para o outro, ainda que esteja ausente” (VOLOSHINOV, 1930, p. 69). Dessa forma, o sujeito, naturalmente heterogêneo, se constitui a partir do outro em uma multiplicidade de discursos, empregando-os espontaneamente, sem perceber o fenômeno dialógico como um processo que ocorre constantemente ao posicionar-se diante do outro, mundo, dele mesmo e do próprio discurso. Retomando outras vozes, dando-lhes “marcas” ou não, atribuindo-lhes suas fontes ou não, somos constituídos por um já-dito e, ao mesmo tempo, construindo um porvir, alimentando a infinita rede da comunicação verbal. O discurso, portanto, aparecerá sempre interagindo com outros discursos sobre o mesmo tema e outros que ainda estarão por vir.

Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua-orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 1993, p. 88).

A partir desse princípio dialógico, Authier-Revuz (1982) elaborou os conceitos de “heterogeneidade mostrada” e “heterogeneidade constitutiva”. O primeiro ocorre quando o sujeito utiliza formas linguísticas para remeter ao discurso do outro, a fim deste ser detectado claramente na enunciação. O segundo refere-se à presença do outro nos nossos discursos sem marcar as fronteiras da voz de outrem, como no caso de textos irônicos e satíricos. Desse modo, todos os discursos têm uma “função citativa”, sempre citando outros discursos, seja explicitamente ou não, haja vista que são determinados por ideologias (FIORIN, 2006). O sujeito aparenta estar livre destas, porque o discurso simula ser “seu”, individual, ocultando que é social. Entretanto, analisando a interação entre o discurso de outrem e o contexto no qual ele aparece, compreendemos as posições axiológicas dos sujeitos diante do que está sendo dito.

Logo, o dialogismo é constitutivo da linguagem dos sujeitos, pois cada enunciação é dirigida para alguém. Ela responde a um “já-dito” e será apresentada de acordo com a imagem que o locutor tem do seu interlocutor (isso ocorre quando se sabe quem é o interlocutor e em virtude da réplica que este poderá lhe dar). Ao escrever um texto, o sujeito que é heterogêneo, isto é, constituído por muitos discursos assimilados ou contestados durante sua vida, retoma e modifica as “palavras” das enunciações que usará para compô-lo. Esse trabalho de avaliação - do que eu vou usar e modificar do discurso de outrem - faz parte do processo de interação do sujeito com os outros discursos que estão ao seu redor. Ele interage com as diversas vozes e escolhe aquelas que transmitem a visão axiológica pertinente ao texto que está escrevendo. No caso de uma notícia de jornal, por exemplo, o jornalista ao relatar um fato o faz segundo a visão do jornal para o qual trabalha e/ou a imagem que tem sobre o evento.

A indústria da informação tem se autopromovido como isenta de conteúdos ideológicos e interesses particulares na divulgação das notícias: para seus consumidores, fornece o mais fiel relato dos acontecimentos ao utilizar uma linguagem objetiva e uma técnica apropriada, que interdita usos ambíguos e tendenciosos da linguagem (MELO, 2004, p. 29).

Definida como um gênero plurivocal pela forma de inscrever outros discursos no texto (com e/ou sem esquemas de discurso reportado), o leitor, ao interpretar a notícia, relacionará o dito atual com o não-dito e com o já-dito (CUNHA, 2002), retomado e modificado em graus diversos pelo jornalista no novo contexto de enunciação. Nos gêneros plurivocais (artigos de opinião, notícias, romances, etc.), caracterizados pelo uso de inúmeras vozes e linguagens

sociais, quando alguém cita o discurso de outrem, “escolhe” uma (ou mais) voz (es) para construir seu discurso e, por isso, ela(s) vai (vão) se destacar na sua enunciação. Isso significa que os enunciados são formados por numerosas vozes superpostas ou justapostas, organizadas em função da posição axiológica do sujeito que está escrevendo seu texto. Ao lê-lo é importante levar em consideração as axiologias (os pontos de vista) que possivelmente guiaram sua composição.

A notícia também se caracteriza por englobar “fragmentos” de outros discursos como estratégia para marcar uma posição axiológica ou tornar a informação “mais” verdadeira, dando credibilidade ao texto. O uso de aspas, por exemplo, pode remeter a um distanciamento do autor do texto, tornando-o capaz de emitir um julgamento sobre as palavras aspeadas (AUTHIER, 1982). Além disso, os atos de inserir e selecionar fragmentos de outros discursos é um trabalho que emite um julgamento sobre os enunciadores. Quando um discurso é deslocado para outro contexto, por exemplo, modificações como a condensação (partes do discurso de outrem são omitidas) e o deslocamento (ênfase em elementos não realçados no discurso original) podem ocorrer, oferecendo-nos pistas sobre as avaliações discursivas que foram feitas. Como esse gênero é altamente dialógico, ele é uma fonte rica para o estudo do dialogismo.

Desse modo, o estudo da linguagem na perspectiva dialógica mostra-nos que as notícias podem restituir os fragmentos da fala de outrem de várias maneiras, como de forma dissimulada (sem indicação que pertence a outrem), em construções híbridas (pertence a um sujeito, mas carrega dois tons e estilos), etc., agregando distintos valores ao texto. Por isso, a partir da leitura dos textos de Bakhtin, é possível compreender como funciona o dialogismo dos gêneros e sua circulação na sociedade. Todo discurso interage com outros, seja aceitando seus argumentos ou contrapondo-os. Essa circulação discursiva, ocorrida nas diversas instâncias sociais, permite-nos entrar em contato com outras vozes, conhecendo os discursos da política, das religiões, da escola, etc. Contudo, essas vozes que circulam pelos gêneros não se apresentam da mesma forma de quando foram citadas, na medida em que apreendemos apenas aquilo que nos interessa. Portanto, a circulação discursiva é fragmentada.

O discurso do autor representa e enquadra o discurso de outrem, cria uma perspectiva para ele, distribui suas sombras e suas luzes, cria uma situação e todas as condições para sua ressonância, enfim, penetra nele de dentro, introduz nele seus acentos e suas expressões, cria para ele um fundo dialógico (BAKHTIN, 1993, p. 156).

3. Metodologia

A partir do objetivo de estudar a circulação discursiva – e os movimentos de retomada e (re)acentuação discursiva na mídia –, buscamos saber, primeiramente, quais discursos foram destacados por um periódico local (JC) e outro de relevância nacional (FSP) na cobertura que realizaram sobre o PAC. Para isso, foram selecionadas doze notícias do Jornal do Commercio (JC), e oito notícias da Folha de São Paulo (FSP) sobre o PAC, publicadas no dia 23 de janeiro de 2007⁵. Esses veículos foram escolhidos em função da nossa hipótese: como pertencem a diferentes regiões do Brasil (Pernambuco e São Paulo, respectivamente) é mais provável que levantem questões distintas acerca de um mesmo tema, enfatizando informações diferentes em suas coberturas sobre o programa. Quanto à data do *corpora*, sua escolha se justifica porque corresponde a um dia após o anúncio oficial do programa pelo então presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, divulgado no dia 22 de janeiro do mesmo ano.

⁵ Os textos coletados da FSP foram obtidos a partir da sua edição impressa. Todavia, os do JC foram coletados no seu site (www.jc.uol.com.br), através do link “edições anteriores”.

Para esse estudo, dividimos nossa metodologia em algumas etapas: em primeiro lugar, examinou-se o que as notícias mais destacaram; depois foi feito um levantamento por página das informações acentuadas (pela sua repetição ou ênfase do jornalista) de cada periódico. Por último, fez-se um “cruzamento” dos discursos comuns recorrentes nos dois jornais, avaliando as características discursivas dos enunciados retomados e (re)acentuados e apontando o que cada um trouxe de distinto. É importante apontar ainda que, tomando a circulação discursiva como foco de nosso trabalho, consideramos fundamental, para compreender o movimento de retomada e (re)acentuação dos enunciados, as interações estabelecidas entre as notícias e os títulos, subtítulos, as chamadas, manchetes, notas, os comentários, etc., publicados na mesma edição de cada jornal.

4. Análises⁶

No dia 23 de janeiro de 2007, o Jornal do Commercio (de Pernambuco) noticiou na primeira página (na capa) que o pacote lançado por Lula, no dia anterior, contemplará vários projetos para Pernambuco. Foi ressaltado que Eduardo Campos vê o PAC positivamente, já que o programa tem o objetivo de ampliar o aeroporto, metrô e implantar a refinaria em Suape. Quanto ao aspecto salarial e social, relatou-se que será aumentado o salário do servidor e investido R\$ 106,3 bilhões em habitação, e R\$ 40 bilhões em saneamento. Por fim, o jornalista acrescentou que alguns governadores reclamaram por não terem sido ouvidos antes do anúncio. Essas informações foram expostas na metade da primeira página do periódico, com uma foto do presidente anunciando oficialmente o Programa de Aceleração do Crescimento. Portanto, esse foi o tema de destaque. Abaixo, transcrevemos na íntegra a manchete, o subtítulo (ou sutiã), a legenda e um pequeno texto inserido ao lado da foto, respectivamente:

PACOTE DE LULA INCLUI OBRAS EM PERNAMBUCO (Fonte: Jornal do Commercio, Pernambuco, capa, p. 1, 23 jan. 2007).

Lula anunciou, ontem, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contempla vários projetos para o Estado. Nordeste vai receber R\$ 80,4 bilhões (Fonte: Jornal do Commercio, Pernambuco, capa, p. 1, 23 jan. 2007).

CRESCIMENTO Lula anuncia o pacote que prevê redução de impostos em vários setores, principalmente os ligados à infra-estrutura, e investimentos de R\$ 503,9 bilhões até 2010 (Fonte: Jornal do Commercio, Pernambuco, capa, p. 1, 23 jan. 2007).

CONFIANÇA Governador Eduardo Campos vê o PAC como extremamente positivo para Pernambuco. Entre as obras contempladas no pacote estão a ampliação do aeroporto e do metrô e a implantação da refinaria em Suape (Fonte: Jornal do Commercio, Pernambuco, capa, p. 1, 23 jan. 2007).

Acerca desses enunciados, destacados em virtude de sua posição no jornal, a qual atribui, por sua vez, mais importância semântica à informação, dando-lhe mais visibilidade também pelo seu caráter de “novidade” e “ineditismo”, chamamos atenção aqui para a expressão sublinhada acima: “**extremamente**” é um advérbio que funciona como uma modalização autonímica⁷ (AUTHIER-REVUZ, 1982), permitindo ao enunciador tecer um

⁶ Em virtude do pouco espaço, foram apontados apenas os trechos das análises mais relevantes.

⁷ Maingueneau (2004), retomando Authier-Revuz (1982), afirma que a modalização autonímica engloba os procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra seu discurso para realizar comentários, fazendo uma

“comentário sutil” sobre o que acredita ser o pacote para Pernambuco. Ou seja, ao relatar que o “Governador Eduardo Campos vê o PAC como extremamente positivo para Pernambuco”, o jornalista está, ao mesmo tempo, enfatizando a opinião do próprio governador, intensificando a “consideração” desse político sobre o PAC e, por detrás disso, também aponta a imagem que possui do governo de Lula – favorável.

Paralelamente, na capa (primeira página) da Folha de São Paulo do dia 23 de janeiro de 2007, destaca-se a seguinte manchete: “Plano de Lula é criticado por empresários e governadores”. Logo depois, temos dois subtítulos: “Estados temem perda de receita com programa de crescimento” e “CUT e Força condenam falta de medidas para criar empregos”. Um pequeno texto logo abaixo informa, primeiramente, que o pacote lançado ontem (dia 22) por Lula prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões para que o país cresça 5% ao ano de 2008 a 2010. Posteriormente, o jornalista relata que os empresários consideraram as propostas “tímidas” e os governadores reclamaram da perda de receita com a isenção de tributos e, por isso, vão mostrar reivindicações, enfatizando, ao mesmo tempo, que Lula prometeu “acelerar com firmeza”, porém dentro “dos limites de segurança”. Além disso, traz críticas da oposição e da Força Sindical (deste último principalmente quanto à falta de propostas para criar empregos).

Ainda na capa, há duas outras chamadas acompanhadas de um pequeno texto, que também tratam do pacote. Em uma delas, intitulada “Pacote não toca no problema dos juros elevados”, há críticas ao PAC, defendendo a ideia de que ele não traz mudanças fundamentais e, dessa forma, “se mostra tristemente convencional”. Além disso, os juros não fazem parte do plano, o qual só refere-se a ele de forma “vaga e rapidíssima” (ponto de intriga entre o governo e a oposição). A outra chamada de capa, intitulada “Indústrias de base e eletrônica são beneficiadas”, indica que o corte de impostos de Lula é inferior em relação ao PIB e à receita federal de impostos. Mesmo que de início as indústrias de base e eletrônica sejam beneficiadas, o impulso fiscal precisa de outros estímulos. Entre essas duas chamadas e a manchete citada acima, há uma foto de Lula durante o lançamento do PAC e um box contendo as principais medidas do PAC que, em geral, é semelhante à trazida pelo JC.

É importante ressaltarmos aqui que esses enunciados, assim como os do JC, estão destacados por encontrarem-se numa posição privilegiada para o jornal, principalmente devido à importância semântica da informação e por envolver alguns enunciadores de importância nacional: o presidente do Brasil, o grupo empresarial e os governadores (principalmente os da oposição). Ademais, o tema destacado apresenta um caráter de ineditismo (o PAC foi anunciado no dia anterior) e polêmico, pois o programa considerado “carro-chefe” de Lula não tem o aval de parcelas importantes para aprovar as suas propostas. Contudo, apesar de o tema ser o “mesmo”, ele é construído distintamente: de fato, as chamadas e os títulos que aparecem na primeira capa nos dão pistas da orientação axiológica do jornal e, por conseguinte, do tratamento que o fato terá ao longo das notícias (o que foi evidenciado ao longo das análises).

Na edição analisada (do dia 23), os dois jornais realizam um bombardeamento de informações sobre o PAC em praticamente todas as suas seções, podendo causar uma exaustão ou, por outro lado, mais visibilidade quanto ao tratamento do PAC em cada periódico. Porém, tanto no JC como na FSP, grande parte das matérias publicadas sobre esse evento concentra-se nas editoriais “Economia” e “Dinheiro” respectivamente. De fato, observamos que nos dois periódicos praticamente os mesmos discursos da oposição, dos governadores, do próprio presidente, da CUT, da Força Sindical, etc., em circulação pela mídia sobre o PAC, foram retomados e reacentuados. No entanto, cada jornal operou

espécie de enlaçamento na enunciação. Ela pode se manifestar em construções como “de uma certa maneira”, “ou melhor”, “enfim”, etc.

deslocamentos discursos segundo vieses ideológicos distintos. Para melhor ilustrar esse aspecto, apresentaremos aqui um trecho da notícia “Pacote Federal dá prioridade ao Nordeste”, publicada no JC, e um trecho da notícia “Lula pede apoio e defende democracia”, veiculada na FSP, correspondente ao lide e sublide de cada uma:

BRASÍLIA – Num ato que marca o início de fato do seu segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o PAC com compromissos econômicos, políticos e sociais. Prometeu mais crescimento dentro dos limites de segurança, defendendo a manutenção da disciplina fiscal. Lula reafirmou seu compromisso com as liberdades democráticas, ao dizer que aqui não se cresce sacrificando a democracia, palavra repetida sete vezes em menos de 15 minutos. (Fonte: Jornal do Commercio, Pernambuco, editoria Economia, p. 1, 23 jan. 2007, grifos nosso).

Num ato que marca o início de fato do segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) com compromissos econômicos, políticos e sociais. Prometeu mais crescimento dentro “dos limites de segurança”, defendendo a manutenção de alguma disciplina fiscal. Reafirmou seu compromisso com as liberdades democráticas, ao dizer que “aqui não se cresce sacrificando a democracia”, palavra repetida sete vezes em menos de 15 minutos. (Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, editoria Dinheiro, p. B3, 23 jan. 2007, grifos nosso).

Os dois trechos, embora semelhantes, trazem algumas diferenças sutis, sublinhadas por nós. A expressão “limites de segurança”⁸, apenas citada no Jornal do Commercio, é aspeada na Folha de São Paulo. Provavelmente essas palavras foram sinalizadas pelo jornalista com o objetivo de se afastar do dito, e também para despertar a atenção do leitor, já que Lula propõe um crescimento não muito “ousado”, fato destacado pelos depoimentos trazidos por esse periódico, revelando um posicionamento desfavorável ao governo do PT (partido do então Presidente do Brasil). Segundo Authier-Revuz (1982), as aspas são mais usadas pelos jornalistas para indicar uma certa reserva do enunciador (uma distância diante de outras “vozes”), embora isso não seja necessariamente um ato consciente do sujeito, o qual pode estar seguindo as regras dos manuais de comunicação⁹ da empresa onde trabalha.

Da mesma maneira, a expressão “aqui não se cresce sacrificando a democracia” aparece aspeada só na FSP. Nesse caso, durante o desenvolvimento da matéria, observamos que o emprego dessas aspas não se resume a atribuir a voz a Lula, distanciando-se dela. A referência a essa expressão – retomada outras vezes ao longo do texto – corresponde a uma tentativa de distanciamento do sistema de governo do presidente da Venezuela Hugo Chávez que, de acordo com o repórter, “é acusado de atentar contra as liberdades democráticas”, o que evidencia o dialogismo como o fenômeno próprio do discurso. Assim, após o relato de que Lula pretende crescer, mas sem sacrificar a democracia, permanecendo dentro dos “limites de segurança”, o leitor tem a imagem de que Lula propõe um crescimento não muito “ousado”. Esse fato é ainda intensificado pelo pronome indefinido “alguma” que, empregado pela FSP, marca uma diferença, pois mostra a tomada de posição ideológica dentro da própria citação do presidente. Enquanto no JC, Lula defenderá a disciplina fiscal como um todo, na

⁸ Essa expressão foi empregada por Lula no seu discurso sobre o PAC: “Quando falamos em acelerar, não se trata, como dizia aquela antiga canção da Jovem Guarda, de entrar na Rua Augusta a 120 km por hora, mas de acelerar com firmeza, na estrada certa, na hora certa, mantidos os limites ideais de segurança [...]” e “Crescer de forma correta é crescer com equilíbrio fiscal, com redução da dívida e da vulnerabilidade externa [...]” (Trecho do discurso oficial do Presidente Lula sobre o PAC, obtido a partir do site da FSP).

⁹ Os manuais de redação, surgidos no Brasil a partir de meados de 1950, tinham por objetivo generalizar procedimentos de técnica de redação que estavam sendo adaptados de modelos estrangeiros (LAGE, 2006b). Atualmente, esses manuais são um importante meio de consulta do jornalista para escrever uma notícia de acordo com as normas determinadas pela empresa onde trabalha.

FSP há restrições acerca dessa defesa, apontando que alguns grupos ficarão de fora do seu programa.

Comparando ainda esses trechos, assinalamos que tanto a opção de um determinado esquema para reportar um discurso, como o novo contexto ao qual este será submetido estão interagindo com o discurso do enunciador. Não levar em conta essas condições significa ignorar o dialogismo constitutivo dos discursos. Por isso, o uso das aspas com mais frequência no lide da notícia da FSP do que no da matéria do JC, pode-nos apontar também para um “resumo com citação”. Conforme Maingueneau (2004), nesse tipo de discurso relatado tem-se vários fragmentos de um discurso, que restituem o “conjunto de um discurso já enunciado” (p. 155). De acordo com esse autor, o texto original aparece apenas como fragmentos no fio do discurso integrados ao discurso do enunciador que o está citando. Dessa forma, sem as aspas nada distinguiria as palavras do texto “original” daquelas empregadas pelo jornalista.

Quanto ao emprego do verbo “prometer”, cujo uso mostra ser de mais força e impacto do que “dizer”, “afirmar”, etc., ele implica certas condições, como a obrigatoriedade com algo ou alguma coisa (MAINGUENEAU, 2004), haja vista que os verbos introdutórios dos discursos não são neutros, trazendo um enfoque subjetivo. Além disso, a expressão “de fato” entreve-nos o papel de destaque dado ao discurso: funcionando como um operador metadiscursivo, seu uso atribui um papel importante ao enunciado, marcando-lhe para o leitor. Para Maingueneau (2008), termos como “digamos”, “enfim”, “assim”, etc., pode tem o papel de operadores metadiscursivos, atribuindo também ênfase ao enunciado retomado em determinado contexto.

Com relação à destacabilidade, também analisada nesse trabalho, em termos gerais, constatamos que o JC acentuou enunciados (nos títulos, subtítulos, etc.) referentes às propostas do PAC para o estado de Pernambuco. Dessa forma, apesar de trazer críticas de governadores e empresários, essas foram minimizadas, pelo destaque dado ao PAC como favorável para Pernambuco e a região Nordeste. Já a FSP, oferecendo um espaço substancial ao grupo empresarial e aos governadores da oposição, acentuou seus “graves furos”, criando uma imagem de um programa insuficiente. É notável que os periódicos apresentaram enfoques diferentes acerca do mesmo tema. O JC contribuiu para passar uma imagem positiva do PAC, porque destacou mais as propostas para Pernambuco.

5. Algumas considerações finais

Após as análises do corpus coletado, observamos que os dois jornais, apesar de trazerem críticas ao PAC, muitas vezes semelhantes, o Jornal do Commercio mostrou-se mais favorável ao programa do que a Folha de São Paulo. Os motivos são claros: como Pernambuco será beneficiado pelo pacote, a empresa de comunicação acentuou as medidas positivas para o estado. Mesmo assim, também trouxe críticas de empresários, governadores, articulistas, etc., para mostrar que o plano, apesar de ser “bom” para Pernambuco, ainda é insuficiente. Na verdade, as propostas nem sempre vão agradar a todos; os empresários, por exemplo, não obtiveram a tão “solicitada” redução dos juros. A Folha de São Paulo, como representa um grande grupo de empresários, trouxe mais críticas ao plano, buscando acentuar a imagem do governo que fazem seus leitores.

É interessante observar que os enunciados destacados, geralmente por serem simples, podem ser reutilizados em outras posições textuais (na legenda, no olho, etc.), a fim de aproveitar o seu “ethos” enfático, chamando a atenção do leitor. É comum também o subtítulo acrescentar uma nova informação ao título ou reter, de alguma maneira, a mesma fórmula desse último. Além disso, de modo geral, os enunciados titulados são usados e retomados ao longo do texto. Outro aspecto relevante é quanto à responsabilidade dos enunciados. O

jornalista, a todo o momento, tenta se isentar do discurso do outro, usando, para isso, esquemas de transmissão ativa do discurso de outrem, como a modalização do discurso segundo, o discurso direto, as aspas e o discurso indireto. Isso é feito para que os profissionais de comunicação não sejam responsáveis pelos enunciados, atribuindo-lhes aos personagens envolvidos.

Logo, embora deparamo-nos com os “mesmos” discursos em circulação, seja o de Lula, o dos governadores, da oposição, de outros órgãos, etc., esses estão interagindo com os discursos dos enunciadores. Assim sendo, por maior que seja a tentativa de objetividade do jornalista, é possível haver mudanças sutis no significado do discurso citado, nem sempre perceptíveis ao leitor. Ao retomar os outros discursos, estamos sempre interagindo com eles, enquadrando-os em novos contextos, agregando-lhes outras axiologias.

Assim, constatamos que por detrás dos “fatos” há axiologias. Todos os acontecimentos são filtrados e selecionados. O que é publicado é apenas um recorte feito pelo jornalista. Mas sempre haverá outros discursos, outras vozes, por detrás do que é relatado para as pessoas. E, a partir do referencial teórico proposto, podemos expandir essas análises para outras temáticas, identificar os distintos vieses ideológicos que guiam os enunciados e, portanto, os discursos que orientam cada um dos veículos de comunicação, criando novas hipóteses acerca do que será destacado por essas empresas.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso (1982) In: AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-80.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. O Discurso no Romance In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance**. 3. ed. São Paulo: Unesp Hucitec, 1993, p. 71-163.
- CUNHA, Dóris de Arruda C. A pluridiscursividade em contos de Rubem Fonseca. In: **Anais do I Congresso e IV Colóquio da Associação Latinoamericana de Analistas do Discurso**. Recife, 2003 (CD-ROM).
- CUNHA, Dóris de Arruda C. O funcionamento dialógico em revistas e artigos de opinião In: Dionísio, A., Machado, A. R. e Bezerra, M. A. (org.) **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 166-179.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006a.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006b.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. Citação e destacabilidade. In: MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 75-92.
- MELO, Sandra Helena Dias de. O discurso de neutralidade na imprensa. In: **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 29-40, 2004.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. **Confira a íntegra do discurso de Lula sobre o PAC**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jan. 2007. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113897.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

VOLOSHINOV, V. N. Estrutura do Enunciado. Tradução de Ana Vaz. In: **Literaturnja Ucëba**, v. 3, p. 65-87, 1930.

6. Anexos



ANEXO A - Capa do Jornal do Commercio (Fonte: Jornal do Commercio, Pernambuco, 23 jan. 2007. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/pop_facsimile.php?dth=2007-01-23&canal>. Acesso em: 25 fev. 2010).



ANEXO B - Capa da Folha de São Paulo (Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cp23012007.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2010).

Pacote federal dá prioridade ao Nordeste

Publicado em 23.01.2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a redução de impostos de vários setores, principalmente daqueles ligados à infra-estrutura. O governo estima que os investimentos públicos e privados sejam de R\$ 503,9 bilhões até 2010. Com isso, Lula pretende atingir um crescimento mínimo de 4,5% este ano e de 5% em 2008, 2009 e 2010. O PAC traz 19 medidas legais, entre as quais sete medidas provisórias e sete decretos. Entre os destaques estão o novo sistema de reajuste do salário mínimo e dos servidores públicos e a ampliação da isenção de impostos para computadores. Também foi criado um fundo de investimento em infra-estrutura com R\$ 5 bilhões do FGTS e ampliado o capital da Caixa Econômica, aumentando a capacidade de concessão de crédito do banco. Durante a solenidade de lançamento do programa, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse, que o governo pretende dar prioridade aos investimentos em infra-estrutura nas Regiões Nordeste e Norte. Do total de investimento estimado no PAC, R\$ 80,4 bilhões deverão ser aplicados no Nordeste. Várias obras de Pernambuco, como ampliação do aeroporto e do metrô e a implantação da refinaria, estão inseridas no programa.

BRASÍLIA – Num ato que marca o início de fato do seu segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o PAC com compromissos econômicos, políticos e sociais. Prometeu mais crescimento dentro dos limites de segurança, defendendo a manutenção da disciplina fiscal. Lula reafirmou seu compromisso com as liberdades democráticas, ao dizer que aqui não se cresce sacrificando a democracia, palavra repetida sete vezes em menos de 15 minutos.

O presidente anunciou ainda futuros pacotes para a área social, como educação e segurança pública, dizendo ser tempo, outra vez, “de acumularmos matéria-prima de sonho e de utopia.” Lula insistiu ainda na tecla de que é preciso crescer de maneira correta, porém de forma mais acelerada.

“Quando falamos em avançar, não se trata, como dizia aquela antiga canção da Jovem Guarda, de entrar na Rua Augusta a 120 km/h, mas de acelerar com firmeza, na estrada certa, na hora certa, mantidos os limites ideais de segurança. O que não podemos é ter medo de andar na velocidade correta, mesmo que para isso tenhamos que ultrapassar os retardatários e nos livrar de algum peso.”

Em nenhum momento, Lula mencionou metas. Logo após a campanha, prometeu um crescimento de 5%, que já sumiu de seus pronunciamentos.

Assistiam ao discurso no Planalto 25 dos 27 governadores do País e presidentes e líderes de 11 partidos, além de ministros, deputados, senadores e empresários.

Lula pediu apoio. “A disputa política é envolvente e apaixonante, mas não podemos deixar que nossa energia se dissipe e a oportunidade histórica se perca.”

O PAC depende de forma vital do apoio do Congresso. Em uma defesa prévia contra as críticas, Lula pediu compreensão “aos porta-vozes do óbvio” e disse que não há mais espaço para “desesperança motivada pela volúpia interesseira.”

Numa aparente tentativa de distanciamento do venezuelano Hugo Chávez, que visitou o Brasil na semana passada e é acusado pelos seus críticos de atentar contra as liberdades democráticas, Lula disse que a democracia é um ambiente mais saudável para o crescimento.

“Pouco me interessaria um aumento expressivo do PIB se isso implicasse, o mínimo que fosse, redução das liberdades democráticas. Assim como não adianta crescer sem distribuir, não adianta crescer sem democratizar.”

Além do crescimento econômico, o presidente disse que o PAC engloba a aceleração das reformas política e tributária. Mas a ausência de um compromisso mais firme do governo com as reformas constitucionais foi alvo de críticas de empresários e economistas.

Com palavras cuidadosamente escolhidas para evitar a expressão reforma da Previdência, Lula afirmou que o pacote inclui também a aceleração do aperfeiçoamento do sistema previdenciário.

O presidente não se esqueceu dos setores sociais que o apóiam e lançou, como ele próprio definiu, um novo conceito, de infra-estrutura social, que engloba investimentos em setores como habitação, saneamento e transportes.

“Mais desenvolvimento não é somente o crescimento do PIB e melhoria de variáveis macroeconômicas, tampouco é só acumulação de renda e capital. Ela deve ser, antes de tudo, desenvolvimento humano. Para alcançarmos isso, temos que aperfeiçoar nosso sistema de idéias e nossas instituições.”

Antes do anúncio do PAC, Lula disse, em reunião com os partidos que integram a coalizão, que o programa será o “grande teste” do funcionamento da aliança no Congresso. As propostas do PAC deverão começar a ser votadas pela Câmara em março, quando as MPs passarão a trancar a pauta dos trabalhos do plenário.

ANEXO C – Notícia “Pacote Federal dá prioridade ao Nordeste” (Fonte: Jornal do Commercio, Pernambuco, editoria Economia, p. 1, 23 jan. 2007. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/jornal/2007/01/23/not_217332.php>. Acesso em: 28 fev. 2010).

PAC / DISCURSO

Lula pede apoio e defende democracia

Em discurso que marca início do 2º mandato, presidente diz que ênfase no crescimento não ameaça disciplina fiscal

Congresso pode barrar medidas, avalia oposição

LETÍCIA SANDER
DA SUCCURSAL EM BRASÍLIA

Além das críticas, a oposição na Câmara sinalizou ontem que o governo poderá ter dificuldades para aprovar as medidas que dão suporte ao PAC e dependem de votação no Congresso. Trata-se de oito medidas provisórias, dois projetos de lei complementar e três projetos de lei.

Líder da minoria, o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) disse ontem que o plano é “pura cosmética”. “É uma frustração. Depois de três meses, produziram algo desprezível, que não ataca as questões estruturais”. Para o deputado, o PAC cria “vulnerabilidade” na área fiscal e nas contas públicas em geral.

O deputado acusou o governo de ceder a pressões dos “setores que fizeram mais lobby”. E previu que, no Congresso, eles vão aumentar a “luta por privilégios”.

“O PAC depende de parcerias e o PT, pelo fato de ter cultura estatizante, tem dificuldade em fazer parcerias com o setor privado”, avaliou

medidas na Casa.

Dois candidatos governistas – Aldo Rebelo (PC do B-SP) e Arlindo Chinaglia (PT-SP) – disputam o cargo. “Tem que deixar passar a eleição [da Mesa], ver as sequelas, tratar as feridas e seguir adiante”, disse o líder do PTB, José Múcio (PE).

Aldo, entretanto, minimizou as consequências do embate interno na aprovação do PAC. “O que for bom para população e país, tenho certeza que a Câmara aprovará”. Já o líder do PDT, Miro Teixeira (RJ), disse que as propostas devem ser alteradas no Congresso. “Podemos acrescentar mudanças, como mais participação do empresário e estímulo a Estados que conseguem promover crescimento”.

Para o deputado Mário Negromonte (BA), líder do PP na Câmara, as medidas são “positivas”. “É claro que podemos melhorar. Os governadores reclamaram um pouco sobre alguns pontos, como a redução do PIS. Precisamos avaliar”, disse.

Entre as medidas de longo prazo que devem ser votadas no Congresso estão as regras para o aumento dos salários dos servidores públicos. Nos dois casos, o governo precisará do apoio de deputados e senadores.

APROVAÇÃO DAS MEDIDAS DO PAC
Entenda o trâmite

Para implementação, as propostas passam por diferentes processos

MEDIDA PROVISÓRIA

>> Só o presidente pode editar uma MP, que tem força de lei e pode ser expedida em caso de urgência e relevância. Seu efeito é imediato, mas tem prazo para vigorar e depende de aprovação do Congresso para ser transformada em lei

Exemplo: Criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura de R\$ 5 bilhões com recursos do FGTS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

>> Regulamenta artigos da Constituição que não são auto-aplicáveis. Para aprovação é necessária a maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara, em dois turnos de discussão e votação

Exemplo: Regulamentação do artigo 23 da Constituição, para definir competências ambientais

DECRETO

>> Ato pelo qual o Poder Executivo (presidente) manifesta decisões em matérias administrativas

Exemplo: Aumento do valor de isenção para microcomputadores (de R\$ 2.500 para R\$ 4.000)

RESOLUÇÃO

>> Deliberação que regula matérias de caráter político, pro-essual, legislativo ou administrativo, editada por um órgão, uma assembleia ou um congresso

Exemplo: Ampliação do limite de crédito do setor público para investimento em saneamento e habitação para R\$ 7 bilhões

Com 25 governadores na platéia, Lula insta políticos e empresários a aproveitar ‘oportunidade histórica’ de acelerar economia do país

PEDRO DIAS LEITE
VALDO CRUZ
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Num ato que marca o início de fato do segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) com compromissos econômicos, políticos e sociais. Prometeu mais crescimento dentro “dos limites de segurança”, defendendo a manutenção de alguma disciplina fiscal.

Reafirmou seu compromisso com as liberdades democráticas, ao dizer que “aqui não se cresce sacrificando a democracia”, palavra repetida sete vezes em menos de 15 minutos.

Anunciou ainda futuros pacotes para a área social, como educação e segurança pública, dizendo ser “tempo, outra vez, de acumularmos matéria-prima de sonho e de utopia”.

Lula insistiu ainda na tecla de que é preciso crescer “de maneira correta, porém de forma mais acelerada”.

“Quando falamos em avançar, não se trata, como dizia aquela antiga canção da Jovem Guarda, de entrar na rua Augusta a 120 km/h”, declarou.

vo do PIB se isso implicasse mínimo que fosse, redução das liberdades democráticas, assim como não adianta crescer sem distribuir, não adianta crescer sem democratizar.”

Além do crescimento econômico, disse que o PAC engloba “aceleração” das reformas política e tributária. Com palavras cuidadosamente escolhidas para evitar a expressão “reforma da Previdência”, afirmou que o pacote inclui também a “aceleração do aperfeiçoamento do sistema previdenciário”.

Social

O presidente não se esqueceu dos setores sociais que apóiam e lançou, como ele próprio definiu, um “novo conceito, de infra-estrutura social, que engloba investimentos em setores como habitação, saneamento e transportes.”

“Mais desenvolvimento não é somente o crescimento do PIB e melhoria de variáveis macroeconômicas, tampouco é só acumulação de renda e capital. Ela deve ser, antes de tudo, desenvolvimento humano. Para alcançarmos isso, temos que aperfeiçoar nosso sistema de idéias e nossas instituições, cultura produtiva, aliada a um novo humanismo, deve ser motor para transformar país”, discursou. “Aqui não se cresce sacrificando a democracia, aqui não se fortalece a economia”.

ANEXO D – Notícia “Lula pede apoio e defende democracia” (Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, ano 86, n. 28.419, editoria Dinheiro, p. B3, 23 jan. 2007).